


110



Documentação

Fonte: A crítica

Data: 8/12/96 Pg C 8

Class.: 15

INDÍGENAS

Pesquisa genética tem discussão

RIO (AE) — A ética nas pesquisas genéticas com populações indígenas foi o centro das discussões do seminário "Recursos Genéticos Humanos/Limites ao Acesso", realizado ontem na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), no campus da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio. Pesquisadores e cientistas de todo o Brasil deixaram o encontro certos de que deve haver um controle social e jurídico mais eficaz sobre a manipulação genética. "A idéia do seminário é dar início a um debate amplo para que possamos criar um código de conduta e uma política nacional de bioética", disse Carlos Morel, presidente da Fiocruz.

Desde 1992, o Brasil é signatário do Acordo Internacional Sobre Direitos Cívicos - documento que estabelece que "ninguém será submetido, sem seu livre consentimento, a experiências médicas ou científicas". Em 1995, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) baixou resolução acrescentando que esse consentimento deve ser "pós-infor-

macional". Ou seja, o indivíduo objeto da pesquisa ou seu representante legal, autoriza sua participação "com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá".

Mas uma questão levantada pelos pesquisadores Carlos Coimbra Junior e Ricardo Ventura, da Fiocruz, permitiu uma análise real do problema no Brasil. "Num país de extrema diversidade sócio-cultural, onde existem mais de 170 etnias, como explicar ao índio um projeto de pesquisa tão amplo e obter dele a certeza de que concorda em participar do estudo?", indagou Ricardo Ventura.

O geneticista Sidney Santos, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e um dos coordenadores do Projeto da Diversidade do Genoma Humano (PDGH), dissertou sobre a importância da cultura de células imortalizadas para estudos sobre a origem do homem.

Ele disse que em pouco tempo "tribos inteiras vão caber dentro de uma pasta 007", de acordo com o

"detalhamento" do DNA desses grupos. No entanto, questionou as implicações éticas decorrentes dessa hipótese. "Quem teria acesso a essas amostras?", perguntou. "As comunidades científicas internacionais e locais e também as populações indígenas?".

Segundo Sidney, o PDGH já possui um banco de células de duas tribos brasileiras da Amazônia, a Suruí e a Karitiana. Ricardo Ventura esclareceu que informações genéticas obtidas através de DNA podem determinar relações de parentesco entre tribos próximas, o tempo de entrada dos primeiros índios na América, as diversidades biológicas dessas populações e mais uma infinidade de dados. "Eu tenho muito interesse em conhecer a origem do ser humano, mas me preocupo muito diante da possibilidade de manipulação das células geminais, de seu uso não autorizado que se configuraria, no mínimo, numa transgressão ética", declarou Carlos Morel.